



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

PARECER: 769/2016–ML

ASSUNTO: TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 293/2015

EMENTA: 1. TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. BANCO DE BRASÍLIA S/A – BRB. IRREGULARIDADES E FRAUDES NA EMISSÃO E PAGAMENTO DE CHEQUES. FORTES INDÍCIOS DE PREJUÍZO. DESVIO DE RECURSOS. DECISÃO Nº 1.816/2016. **CITAÇÃO** DO RESPONSÁVEL. AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO DO RESPONSÁVEL.
2. ÁREA TÉCNICA SUGERE A REVELIA DO RESPONSÁVEL, O JULGAMENTO IRREGULAR DAS CONTAS, A NOTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PARA RECOLHER O VALOR DO DÉBITO E O ENCAMINHAMENTO DE CÓPIA DOS AUTOS AO **MPDFT**.
3. **AQUIESCÊNCIA DO MPC/DF.**

1. Cuidam os autos de Tomada de Contas Especial instaurada para apurar responsabilidade em virtude de prejuízos causados ao Banco de Brasília S/A – BRB, por ex-empregado da Instituição, Sr. Samuel Vidal Rola, pela fraude na emissão e pagamento de cheques, objeto do Processo nº 041.001.248/2014, apenso.

2. Em 12/4/2016, na Sessão Ordinária nº 4.857, este e. **Tribunal**, acolhendo a manifestação do Corpo Técnico e do **MPC/DF**, exarou a r. Decisão nº 1.816/2016 (fl. 30), **in verbis**:

*“Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I. tomar conhecimento da Tomada de Contas Especial objeto do Processo nº 041.001.248/14; II. determinar, nos termos do art. 13, inciso II, da Lei Complementar nº 1/94 c/c o art. 172 do Regimento Interno do TCDF, a citação do responsável nominado no § 18 da Informação nº 348/2015 – SECONT/1ª DICONTE (fl. 17) para que, **no prazo de 30 (trinta) dias**, apresente alegações de defesa, em virtude de saques realizados em 4 (quatro) contas correntes da W3 sul, **utilizando cheques fraudados, ou, se preferir, recolha, aos cofres do Distrito Federal, o valor total do prejuízo apurado, no montante de R\$ 265.493,52 (em 5.11.2015)**, consoante demonstrativo de fl. 11, que deverá ser atualizado na data de sua efetiva quitação, nos termos da Lei Complementar nº 435/01 e da Emenda Regimental nº 13/03; III. autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Contas, para adoção das providências pertinentes.”* (Grifos acrescidos).

3. O responsável, convocado por meio da Citação nº 80/2016 - SS (fl. 31), deixou transcorrer, **in albis**, o prazo estabelecido no r. **Decisum** para apresentação de defesa.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

4. Nesse contexto, por meio da Informação nº 193/2016 – SECONT/1ª DICONT, fls. 36/38 dos presentes autos, o Corpo Instrutivo sugeriu que a inércia verificada na espécie invoca o reconhecimento da **revelia**, a teor do art. 13, § 3º, da Lei Complementar nº 1/1994, o que enseja a responsabilização do Sr. Samuel Vidal Rola pelas irregularidades verificadas no procedimento de apuração especial objeto do presente feito.

5. Com efeito, a instrução que precede a análise deste **Parquet** especializado pugnou pelo julgamento **irregular** das contas apreciadas no presente feito, bem como pela **notificação** do aludido responsável para recolhimento do débito atualizado e acrescido de juros moratórios. Ainda como consectário das irregularidades verificadas na espécie, a Área Técnica sugeriu que a c. **Corte de Contas** autorizasse o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – **MPDFT** para adoção das providências de sua alçada.

6. Nesse contexto, ao final da instrução, o Corpo Técnico sugeriu ao e. **Plenário**:

“I. tomar conhecimento da Citação à fl. 31 e da Procuração às fls. 32/33;

II. considerar o Sr. Samuel Vidal Rola revel, consoante o § 3º do art. 13 da Lei Complementar nº 1/1994;

III. julgar, na forma do art. 17, inciso III, alínea ‘d’, da Lei Complementar nº 1/1994, irregulares suas contas, notificando-o, com fulcro no art. 26 da referida lei, para, no prazo de 30 (trinta) dias, recolher o valor do débito que lhe foi imputado, no valor de R\$ 313.095,65, apurado em 05/07/2016 (fl. 35), a ser corrigido até a data do efetivo pagamento, nos termos da LC nº 435/2001 e da Emenda Regimental nº 13/03;

IV. autorizar:

a) o encaminhamento de cópia do feito ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT para adoção das providências de sua alçada;

b) o retorno dos autos à Secretaria de Contas para as providências pertinentes;

V. autorizar, desde logo:

a) a adoção da medida de cobrança prevista no inciso II do art. 29 da LC nº 1/1994, caso transcorra ‘in albis’ o prazo mencionado no item III;

b) o posterior arquivamento dos autos e a devolução do apenso ao Banco de Brasília S/A, após adotadas as medidas de cobrança.” (Fl. 37/38).

7. Após este breve relato, passo à análise do presente feito.

8. **Ab initio**, destaca-se que, no entendimento deste **Parquet** especializado, como regra, a **revelia** não deve ser aplicada de plano, haja vista que vigora no nosso processo administrativo o **princípio da verdade material (ou real)**, em detrimento do princípio da verdade formal, este regedor do processo civil, que dá ressonância ao brocardo **quod non est in actis non est in mundo** (o que não está nos autos, não está no mundo jurídico), posto que, sob esta ótica, somente é dado ao julgador valorar aquilo que consta e instrui os autos para formar seu convencimento.

9. **De modo diametralmente oposto**, o princípio da verdade material informa que o julgador tem o **poder-dever** de formar seu convencimento com todos os elementos que, de



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

alguma maneira, possam influenciar sua decisão. Esse também é o ensinamento dos renomados juristas **Sérgio Ferraz** e **Adilson Dallari**²:

“Em oposição ao princípio da verdade formal, inerente aos processos judiciais, no processo administrativo se impõe o princípio da verdade material. O significado deste princípio pode ser compreendido por comparação: no processo judicial habitualmente se tem entendido que aquilo que não consta dos autos não pode ser considerado pelo juiz (ao qual se reconhece, contudo, certa margem de liberdade na investigação da verdade e, mesmo, da produção de provas), cuja decisão fica adstrita às provas ali produzidas; no processo administrativo o julgador deve sempre buscar a verdade, ainda que para isso tenha que se valer de outros elementos além daqueles trazidos aos autos pelos interessados.

A autoridade administrativa competente para decidir não fica na dependência da iniciativa da parte ou das partes interessadas, nem está obrigada a restringir seu exame ao que foi alegado, trazido ou provado, podendo e devendo buscar todos os elementos que possam influir no seu convencimento.”

10. **Cumpre** registrar, no entanto, que o art. 373, incisos I e II, do Código de Processo Civil – aplicável subsidiariamente ao processo administrativo brasileiro –, impõe o ônus da prova ao autor, quanto a fato constitutivo de seu direito, e ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. Entende-se, portanto, que **o respeito ao princípio da verdade material deve ser equilibrado com relação ao ônus da parte de comprovar tais fatos por ela alegados.**

11. Destarte, uma vez que o Sr. Samuel Vidal Rola não trouxe **quaisquer elementos** que justificassem a revisão da r. Decisão nº 1.816/2016 (fl. 30), **deve esta c. Corte de Contas apreciar os autos ao abrigo das documentações existentes e da autoria/materialidade já identificada.**

12. Nesse sentido, vale repisar, conforme salientado no Parecer nº 198/2016-ML, fls. 21/25, que a irregularidade foi **devidamente apurada** e que o **prejuízo** decorrente do esquema elaborado pelo Sr. Samuel Vidal Rola para fraudar o pagamento de cheques, a partir da falsificação do cadastro e das assinaturas dos cheques emitidos, que o beneficiaram ilicitamente, foi **devidamente demonstrado.**

13. **In casu**, o procedimento apuratório identificou a **conduta dolosa comissiva** do referido responsável, o **prejuízo** aos cofres da instituição e o **nexo de causalidade** entre a conduta do agente e o dano causado. A conduta ilegal do Sr. Samuel Vidal Rola foi, inclusive, **anuída em declaração de próprio punho** (fls. 25/26, apenso).

14. Ademais disso, a vantagem ilícita decorrente do **desvio de recursos** importou aos cofres do BRB no **prejuízo** de R\$ 185.400,00, com base nos valores sacados pelos cheques

² FERRAZ, Sérgio; DALLARI, Adilson Abreu. **Processo Administrativo**. São Paulo: Ed. Malheiros, 2012, p. 133.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

fraudados à época, devidamente demonstrados na Informação Sigilosa REL/CONSAD/DEAUD 2013/0127 (fls.11/23, apenso).

15. Dessa forma, a instrução dos presentes autos evidenciaram, de modo **inconteste**, que o Sr. Samuel Vidal Rola atuou de maneira **ilícita, desviando** dinheiro de correntistas da Instituição em benefício próprio, resultando em franco enriquecimento sem causa. A esse respeito, convém trazer à baila o conteúdo do art. 884 do Código Civil:

“Art. 884. Aquele que, sem justa causa, se enriquecer à custa de outrem, será obrigado a restituir o indevidamente auferido, feita a atualização dos valores monetários.”

16. Repisa-se, então, que diante do cotejamento de depoimentos, dados, informações e imagens realizado pela Auditoria do BRB S/A estabeleceu-se cristalinamente o **nexo de causalidade** entre o **prejuízo apurado** e a **conduta do agente responsável**.

17. Inconteste, portanto, a necessidade de, nos termos do art. 17, III, **d**, da LC nº 1/1994, a e. **Corte de Contas julgar irregulares** as contas do Sr. Samuel Vidal Rola e **proceder a notificação** para recolhimento do débito atualizado, a teor do art. 13, II, da referida Lei. Não obstante, por observar a existência de **dolo na conduta do responsável**, o **MPC/DF** entende ser necessário também a **atualização monetária** e os **juros de mora** desde a data do ato ilícito, em observância ao art. 1º, II, **a** e **b**, da Emenda Regimental nº 13/2003.

18. Por fim, considerando que tramita no c. **TJDFT** a Ação Penal nº 2014.01.2.101590-8 em desfavor do Sr. Samuel Vidal Rola para apuração dos ilícitos aqui examinados, é conveniente encaminhar cópia dos presentes autos ao **MPDFT** conforme sugerido pelo Corpo Instrutivo.

19. Ante o exposto, este **Parquet** especializado **converge** com as conclusões emanadas da percuciente Unidade Técnica.

É o Parecer.

Brasília, 29 de agosto de 2016.

Marcos Felipe Pinheiro Lima
Procurador